

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO – SERVIÇO DE APRENDIZAGEM  
COMERCIAL – SENAC ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO  
PAULO**

**Ref.:** Concorrência nº 13902/2023

**GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**, estabelecida à Rua Georgia, 258 – Brooklin Paulista – São Paulo/SP., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.844.182/0001-55, Inscrição Estadual: Isento e Inscrição Municipal nº 3.361.621-3, email: [comercial.publico@gocil.com.br](mailto:comercial.publico@gocil.com.br), neste ato representado por seu representante legal que ao final subscreve, vem à presença de Vossa Senhoria apresentar a presente as **SUAS RAZÕES DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**, supra, com fundamento nos artigos 5º, Inciso XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988, e com fundamento no artigo 22º, do Regulamento de Licitações e Contratos, pelas razões abaixo aduzidas;

**RAZÕES DE RECURSO**

Ainda que pese o mais absoluto respeito ao conhecimento técnico da comissão Permanente, a recorrente está irrisignada com a decisão prolatada na Concorrência em questão, na qual, resolveu pela inabilitação da empresa Gocil, aqui combatida, em nítido desrespeito aos princípios da legalidade e atendimento a item editalício.

A referida decisão não merece prosperar. Na verdade, o julgamento deixou de observar preceitos legais e técnicos no âmbito da comprovação do documento devidamente enviado e identificado nos anexos **II-CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, os quais viciam a decisão da inabilitação, ora recorrente.

O julgamento atacado não observou o conteúdo dos documentos anexo **II-CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, item identificado com o número 57 (Publicação do Alvará, concomitantemente com Autorização, revisão e Certificado de Segurança), por isso peticionamos tal recurso, que estão agasalhadas em inúmeras justificativas, que estabelece normas concernentes atuais para a devida comprovação do Certificado de Segurança.

*Segundo o mestre Marçal Justen Filho*

*avaliação dos pressupostos recursais deverá ser realizada com mais largueza do que no direito processual, uma vez que vigora para a Administração Pública o poder-dever de revisar e sanar os atos viciados. Assim, recomenda-se que mesmo um recurso defeituoso, como, por exemplo, intempestivo, seja conhecido pela Administração a título de direito de petição.*

Permitimo-nos informar ainda que o Certificado de Segurança foi apresentado fisicamente pela cópia do Diário Oficial da União – Seção 1 nº 194, de 11 de outubro de 2022, publicação essa oficial, concomitantemente ao Alvará nº 6.439 de 11/2022, bem com a Autorização de Funcionamento como pessoa jurídica especializada em prestar serviços de vigilância patrimonial e segurança pessoal, concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Departamento de Polícia Federal, acompanhada da respectiva, juntamente com Certificado de Segurança e a devida Revisão da Autorização de Funcionamento, publicada em 11 de Outubro de 2022, com validade por um (01) ano. Ou seja, seu vencimento se dará em **11/11/2023**.

Além das afirmações acima, em vista aos autos em 02/05/2023 na própria sede do SENAC, por sua vez, os documentos de fls. 57 dos autos, demonstram que desde o início teve a comprovação do Certificado de Segurança, que foram apresentados pela recorrente que é a prova cabal dessa afirmação.

Vale ressaltar que a natureza das comprovações do Diário Oficial, são publicações dos atos oficiais dos estados, municípios, Distrito Federal e da União, tendo como por força de lei.

O fato de ser eletrônico não interfere na validade jurídica do Diário Oficial, pois todo o trabalho é feito com transparência e de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras.

Dessa forma, ele é emitido com assinatura digital e certificação.

Portanto, sua validade jurídica é plena, sendo que cada edição tem garantia de autenticidade e segurança para que os usuários possam desfrutar do serviço com tranquilidade.

Desta forma, não há que se falar em descumprimento do item 7.4.2, primeiro porque, o Certificado de Segurança está concomitantemente renovado com a Autorização e Revisão, coligados ao Alvará e depois, porque, não existe mais a obrigatoriedade de fornecimento de documentos em papel Físico (tipo papel moeda, ou do gênero).

Desnecessário lembrar dos princípios basilares da Administração, entre eles da moralidade Pública, que determina critérios com cláusulas claras e com definições objetivas, e no item 7.4.2, é claro;

**7.4.2 Apresentação do Certificado de Segurança em nome da Licitante, emitido pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo, com validade na data da apresentação. (Grifo nosso)**

Não se trata, por óbvio, de faculdade colocada ao arbítrio do elaborador do edital exigência desconectas, mais se realmente a comissão necessita-se do documento, separadamente em papel informando que se trata-se do Certificado de Segurança, deveria citar como seria sua aceitabilidade.

Sendo assim, não há motivos para se preocupar com o Certificado de Segurança ser apenas publicado no Diário Oficial, pois ele é um documento totalmente válido legalmente e ainda garante diversos benefícios que não eram possíveis de serem obtidos pela versão impressa do serviço.

Na opinião desta recorrente a Administração Pública deveria ter atentado a orientação da Portaria nº 346/2006 - DG/DPF, Quando a Autorização para Funcionamento e o Certificado de Segurança forem obtidas pelo meio eletrônico do sistema GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada, conforme Portaria nº 346/2006 - DG/DPF, será expedido apenas um documento, válido para as duas comprovações, **onde não serão expedidos documentos em papel.**

*Art. 11. A partir da implantação do GESP, os processos de obtenção ou renovação do Certificado de Segurança, e de Autorização ou Revisão da Autorização de Funcionamento, tramitarão em conjunto, tornando-se idênticas as datas de vencimento.*

*Art. 12. Nos processos contemplados pelo GESP não serão expedidos documentos em papel.*

*12.7.8. Quando a Autorização para Funcionamento e o Certificado de Segurança forem obtidas pelo meio eletrônico do sistema GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada, conforme Portaria nº 346/2006 - DG/DPF, será expedido apenas um documento, válido para as duas comprovações.*

*Art. 13. O alvará expedido eletronicamente deverá ter sua autenticidade confirmada na página eletrônica do DPF.*

Entretanto, os métodos utilizados por essa comissão para apurar a comprovação da habilitação demonstra-se ineficaz, uma vez que não há mais o fornecimento em papel do Certificado de Segurança, e a orientação da própria GESP-Gestão Eletrônica de Segurança Privada, o qual prevê de forma clara e técnica os insumos que devem ser observados os preceitos das disposições da Portaria, que resultará na eliminação do uso simplesmente do papel físico, com a finalidade de informatizar os processos administrativos relativos à área de segurança privada em todo o território nacional, a ser utilizado no âmbito das empresas e instituições do setor e nas DELESPs e Comissões de Vistoria do Departamento de Polícia Federal-DPF.

Aliás, a recorrente afirma que se apresenta-se apenas um protocolo, o que não é o caso, poderia tal comissão embasar sua premissa na inabilitação da recorrente, ou seja, não seria aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos, exceto nos casos previstos em Lei.

Cumprе destacar ainda, que no caso da Publicação do Diário Oficial da União apresentada pela recorrente, consta expressamente a renovação do Certificado de Segurança, observando o conteúdo que não consigna que documento esteja vencido.

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

### Ministério da Justiça e Segurança Pública

#### POLÍCIA FEDERAL

#### DIRETORIA EXECUTIVA

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.439, DE 9 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/57277 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa **GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**, CNPJ nº 50.844.182/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2038/2022 (CNPJ nº 50.844.182/0001-55); nº 1906/2022 (CNPJ nº 50.844.182/0002-36); nº 2448/2022 (CNPJ nº 50.844.182/0014-70); nº 1830/2022 (CNPJ nº 50.844.182/0012-08) e nº 2016/2022 (CNPJ nº 50.844.182/0016-31).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

Qual será o critério de avaliação da comissão?

Ora, comissão, levando-se em conta que o Alvará é o documento mais importante para que uma empresa que atue no segmento de vigilância, possa estar rigorosamente habilitada e sua comprovação se dá pela Publicações junto ao Diário Oficial da União, essa comissão aceitou a comprovação simples pela publicação e não a do Certificado de Segurança, que está concomitantemente atrelado ao Alvará.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIREX-COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

Informamos que com implantação do GESP, as empresas terão sua Autorização ou Revisão da Autorização de Funcionamento expedidas juntamente com Certificado de Segurança (no corpo do mesmo Alvará), não havendo mais a expedição em documentos separados.

Salientamos que, até que seja implementado o disposto no artigo 13 da Portaria nº 346/07 - DPF (autenticação no site do DPF), a publicação dos Alvarás em Diário Oficial da União, por si só, constitui documento oficial, válido para as empresas exercerem suas atividades plenamente.

Com a devida vênia, em que pese nosso respeito à Douta comissão, a mesma deveria ter certificado a respeito do texto supra mencionado em sua essência, que justifica a aceitabilidade do Certificado de Segurança juntamente com a Publicação do Alvará.

- I. As empresas terão sua Autorização ou Revisão de Autorização de Funcionamento expedidas juntamente com Certificado de Segurança (no corpo do mesmo Alvará);
- II. Não havendo mais a expedição em documentos separados;
- III. A publicação dos Alvarás em Diário Oficial da União, por si só, constitui documento oficial, válido para as empresas exercerem suas atividades plenamente.

\*Grifo nosso)

Caso assim não entenda essa comissão, não só a Gocil como as participantes deverão ser inabilitadas, pois todas apresentaram publicação do Alvará, ou seja, se seguirmos o raciocínio da Comissão, não deverá ser inabilitado apenas pelo Certificado de Segurança, e sim pelo conjunto “Alvará, Autorização, Revisão e Certificado de Segurança.

Considerando que a forma que a comissão trata esse diapasão na conduta da aceitabilidade da Publicação, entende-se essa recorrente que a Publicação não tem valide, não tem força. Ora comissão, essa incongruência só é questionada pois há fatos significativos apresentados pela recorrente. Pois está havendo uma disparidade e afronte de uma formalidade material, desnecessária.

Portanto, **FOI** apresentado sim o Certificado de Segurança expedido pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da circunscrição em que estiver sediada a empresa, com a respectiva Autorização de Funcionamento para atuar como prestadora de serviços de vigilância no âmbito de São Paulo nos termos da Lei no 7.012/83, regulamentada pelo Decreto no 89.056/93 do DPF, art.1º da Portaria no 1.129/DPF de 15/12/95, pela Portaria DPF MJ no 992/95 e Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF de 10/12/2012, com a respectiva revisão em plena validade emitida pelo DPF, devidamente apresentado no envelope I da habilitação.

Com o devido respeito, a comissão tem a discricionariedade em caso de dúvida, sanar eventuais dúvidas buscamos meios além dos convencionais internos, ou seja, o questionamento do Itens 7.4.2 , poderia ser simplesmente sanado pois estão disponíveis em sítio de domínio amplo na internet, a Comissão poderá obtê-las, independentemente do envio pelo licitante, pois é uma publicação oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicado no Diário Oficial da União, onde há fé pública.

Em virtude disso, e considerando-se que o Edital e a peça-chave, os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial, ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

Conforme já dito acima, essa Comissão Permanente, ao julgar a inabilitação da Recorrente deveria ter analisado as formas atuais de validamente de documentos, principalmente na exigência dos Alvarás, das Autorizações de Funcionamentos do Certificado de Segurança e sua renovações, para que não ocorra tais incongruência desnecessária e desgastante no processo da Concorrência patrocinada pela SENAC.

Diante disso, importante deixar consignado que esperamos a total compreensão dos argumentos apresentado pela recorrente, por parte da Comissão Permanente, para efeito de revogar a decisão anterior e habilitar a Recorrente, caso o contrário, estará revestida da mais ampla irregularidade administrativa, posto que, não há que se falar em igualdade na Habilitação.

**DO PEDIDO**

Isto posto é o PRESENTE RECURSO ADMINISTRATIVO para ver reformada a decisão que inabilitou a recorrente, pelos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos.

A Recorrente, espera seja recebida e acolhida o presente Recurso Administrativo, com medida de inteira “JUSTIÇA”

Termos em que,  
Pede Deferimento.

São Paulo/SP, 03 de maio de 2023

**GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**



**André Zancopé Estessi**  
**Sócio Administrador**

RG nº 21.254.399-4 – SSP/SP  
CPF/MF nº 141.880.438-06